

PELO DIREITO HUMANO À ÁGUA



equit
INSTITUTO

Manaus das águas e das/dos sem água: histórico das lutas por acesso à água e saneamento

Desde o ano de 1999 a população Manauara sonha com soluções práticas para a problemática do abastecimento de água. Primeiro a solução viria com a venda da COSAMA para uma empresa chamada Suez – uma grande transnacional francesa do setor de água e energia. A venda ocorreu no ano de 2000, e o objetivo principal da empresa era melhorar o serviço de água potável e ampliá-lo para áreas periféricas. Dizia-se que a empresa forneceria água aos 1,2 milhões de habitantes na cidade. A companhia se comprometeu a desenvolver em longo prazo os serviços de tratamento de esgoto que na época só chegavam a 10% da população.

Pouco tempo depois dava para ver com clareza os motivos dessa venda e o descumprimento das cláusulas do contrato pela nova empresa junto com a precariedade dos serviços por ela oferecidos.

Aos poucos, a população foi se multiplicando em movimentos de resistência ao processo privatizador em diversos bairros e comunidades afetadas. O que era para ser solução virou o grande problema, um caos total nas periferias dos sem água.

No ano de 2005, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que foi criada na Câmara Municipal de Manaus por pressão dos movimentos sociais em luta, trouxe à tona diversas irregularidades e acabou determinando a saída da transnacional que, pouco tempo depois, promoveu a venda simbólica da Águas do Amazonas pelo valor de R\$1,00 para a empresa Vegas, subsidiária nacional da Suez.

Em agosto de 2006, a Prefeitura e o Governo do Estado implantaram o Plano Emergencial, construindo 110 poços artesianos em bairros das zonas Norte e Leste. Na busca por soluções para a questão da água em Manaus foram colocadas quatro opções: intervenção operacional de 180 dias, encampação da empresa com a Prefeitura tendo que depositar previamente R\$185 milhões, a quebra do

contrato ou a repactuação das condições do contrato para assegurar investimentos.

Em Janeiro de 2007, a Prefeitura de Manaus assinou um contrato de repactuação com a empresa Águas do Amazonas. A intenção era melhorar os serviços de distribuição de águas, principalmente nos bairros das zonas Leste e Norte de Manaus.

2008 e 2009 foram só anos de promessas: “Tarifa social de água deverá ser de R\$6,50”; “água chega a bairros em 60 dias”; “água para 300 mil em 180 dias”, mas nada foi resolvido.

Em 2011, a empresa continua a mesma. Porém, em 17 de março o Governo do Estado anunciou o Programa Água para Manaus (Proama). A promessa agora é de que em 60 dias a água chegue às residências.

Depois de tantos anos e tantas manobras, a privatização não trouxe as prometidas vantagens no abastecimento de água para a população de Manaus. Falta água em diversos setores da periferia, há cortes e aumentos constantes nas faturas e, sobre tudo, nenhum avanço na expansão do saneamento básico, especialmente na periferia da cidade.

Por esses motivos, mais uma vez chamamos os movimentos sociais da cidade a estar vigilantes na luta pelo acesso à água e saneamento na cidade, para que esta não se transforme em mais uma promessa de governo entrante.

Água: fonte de vida e bem comum e não mercadoria

A quantidade de água na Terra é limitada. A maior parte dela é de água salgada que forma os oceanos. E uma parcela bem pequena dela é de água doce, necessária para a vida de homens, animais e plantas. Ela também é indispensável para diversas atividades humanas, tais como agricultura, indústria, navegação, geração de energia, vida nas cidades, etc.

O Brasil é privilegiado porque dispõe de 12% do total de água doce do planeta, e a maior parte dela está justamente em rios e aquíferos da região Norte do país. Entretanto, o país também está ameaçado de carência de água, tendo variações entre as regiões, como também pela contaminação e muitas

vezes pela falta de acesso dentro das casas ou pelo desperdício na distribuição.

Dependemos da água e da circulação da mesma no chamado “ciclo hidrológico” com a sucessão de chuvas, que penetram na terra para alimentar rios e aquíferos que, novamente irão evaporar para formar as nuvens que, novamente formarão as chuvas, fazendo assim o ciclo da água.

Embora preciosa, a água está sendo muito maltratada no planeta. Diversas atividades humanas, como o desmatamento, a agricultura extensiva, a indústria, a mineração, a ocupação desordenada do solo nas cidades, dentre outras, têm diminuído a quantidade e qualidade da água disponível. As mudanças no modelo de produção agrícola – que em poucos anos têm trocado a agricultura familiar pelo agronegócio de monoculturas ou destinado a produção para exportação – aumentaram muito o consumo de água no mundo inteiro. Também as indústrias, especialmente as mineradoras e as produtoras de bens eletro-intensivos são outras grandes responsáveis pelo consumo de água. Assim, atualmente, mais de um bilhão de pessoas no planeta não tem acesso adequado à água e o problema está se agravando muito rapidamente, afetando especialmente crianças e mulheres.

Dessa forma, a água tem se transformado num bem escasso, com perspectivas dramáticas pela sua carência e, por esses motivos, está recaindo sobre ela a cobiça de muitas empresas internacionais.

Uma das principais formas em que aparece esse interesse tem sido a privatização dos serviços de distribuição de água e saneamento. Em diversos países e cidades do mundo algumas poucas empresas estão se apropriando do acesso a este bem essencial à vida, promovendo a privatização dos serviços, e em muitos casos promovendo fortes aumentos tarifários.

Nas cidades da região Norte é onde se encontram os menores índices no Brasil, tanto no acesso à água limpa e encanada, como de saneamento básico. Os dados apontam que 60 milhões de brasileiros não têm acesso à rede de esgoto e pior ainda, do total cole-

tado, só 25% é tratado antes de ir para rios e oceano. Daí que o uso de poços artesianos em cidades como Manaus, com muitas pessoas convivendo próximas, signifique um alto risco de contaminação. Também nesta região se registram os mais altos índices de desperdício na distribuição de água, colaborando para o aumento do mau uso deste recurso natural tão valioso.

Por sua vez, todos esses problemas e dificuldades com relação à água se refletem na saúde da população, pois a falta de qualidade da água é a maior causa de doenças no mundo inteiro, condenando milhares de pessoas a sofrer com diarreias, cólera, hepatite, entre outras doenças.

As mulheres: gestoras cotidianas da água

Particularmente as mulheres, que conhecemos o valor da água para as tarefas cotidianas que ainda continuam sob nossa responsabilidade, sofreremos com sua falta e muitas vezes continuamos assumindo o trabalho de carregá-la até as casas, onde a família toda precisa cotidianamente dela para preparar os alimentos, beber, tomar banho, limpar a casa e os sanitários etc. Até em cidades como Manaus, rodeada de água por toda parte, é ainda comum ver mulheres com a lata d’água na cabeça, carregando ela para dentro de suas casas!

Por todos esses motivos, as mulheres somos conscientes da importância da preservação das fontes de água e do uso racional da mesma, como também da necessidade de exigir e lutar por políticas públicas que ampliem o acesso à água encanada e ao saneamento básico para todos os moradores da cidade.

Assim, é preciso caminhar todos juntos, e com a maior parte dos países do mundo, na luta contra a mercantilização e a privatização da água que tem avançado consideravelmente. Um grande êxito de tais lutas foi alcançado em junho de 2010, quando em votação unânime dos países na ONU – Organização das Nações Unidas –, a água foi considerada um Direito Humano Básico, ou seja, seu valor para a vida deve ser prioridade frente a seu valor econômico.



Políticas públicas de água: gestão pública e controle social

A água não é uma simples mercadoria, especialmente na Amazônia, onde ela é parte da própria ocupação territorial e da identidade cultural da população manauara. A água é um direito humano básico e, nesse sentido, deve ser objeto de políticas públicas de universalização e de gestão social.

Por essa razão, cada vez mais, no mundo inteiro os movimentos em luta pelo direito de acesso à água e ao saneamento básico têm considerado fundamental impulsionar algumas das seguintes propostas:

1. Manutenção de sistemas públicos de água (evitando a mercantilização e privatização deste bem comum)
2. Universalização dos serviços de abastecimento de água e saneamento, gestão comunitária e participativa e controle social das tarifas.
3. Dotação de recursos orçamentários para consecução de metas de universalização do acesso à água e ao saneamento e de controle da qualidade da água.
4. Implementação de políticas de manejo e conservação das fontes hídricas e mananciais.
5. Revitalização das companhias estaduais e/ou dos operadores municipais com políticas de crédito e de melhoras tecnológicas.
6. Incorporação no Plano Diretor da cidade de mecanismos que viabilizem o direito a água e saneamento básico.
7. Democratização da gestão pública da água com a criação de instrumentos e mecanismos de transparência e controle social, como os comitês de bacia e os conselhos municipais, com participação de todos os setores envolvidos.
8. Processo permanente de formação cidadã através da educação ambiental.

Pelo direito humano à água para as atuais e as futuras gerações!

Apoio:

